

PROCESSO SELETIVO PARA CONCILIADOR

I – Questões sobre Juizado Especial Cível (lei n ° 9.099/95)

1) Assinale a alternativa correta:

- a) o prazo para interpor recurso de apelação no Juizado Especial Cível é de 10 dias.
- b) o prazo para interpor recurso de apelação no Juizado Especial Cível é de 15 dias.
- c) o prazo para interpor recurso inominado no Juizado Especial Cível é de 15 dias.
- d) o prazo para interpor recurso inominado no Juizado Especial Cível é de 10 dias.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) a interposição dos embargos de declaração interrompe o prazo recursal.
- b) a interposição dos embargos de declaração suspende o prazo recursal.
- c) a interposição dos embargos de declaração não suspende e tampouco interrompe o prazo recursal.
- d) a interposição dos embargos de declaração é admitida no Juizado Especial Cível, porém o efeito interruptivo do prazo recursal está condicionado ao provimento dos embargos de declaração.

3) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- b) as ações de despejo.
- c) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta salários mínimos.
- d) as ações relativas ao inventário e partilha de bens.

4) É competente, para as causas previstas na lei 9.099/95, o Juizado Especial Cível do foro:

- a) do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- b) do incapaz, quando for autor ou réu.
- c) do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações renovatórias.
- d) do domicílio da mulher, nas ações de alimentos.

5) Caio ingressou no Juizado Especial Cível com ação de reparação de danos em face de Tício, tendo em vista que foi vítima de acidente de trânsito. Tício, ao apresentar sua contestação em audiência, requereu, como preliminar, a denúncia da lide à seguradora, comprovando documentalmente o contrato de seguro firmado. Assinale a alternativa correta:

- a) a denúncia da lide deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, de modo a observar as regras do Código de Processo Civil relativas a esta modalidade de intervenção de terceiro.
- b) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro somente é admitida quando feita através de pedido contraposto.
- c) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela lei 9.099/95, com exceção da assistência.
- d) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela lei 9.099/95.

6) Caio ingressou com ação de título executivo extrajudicial em face de José no Juizado Especial Cível da comarca de São Jerônimo da Serra. Foram feitas várias tentativas de citação, todas infrutíferas. Descobriu-se que José está preso no município de Londrina, cumprindo pena em regime fechado. Assinale a alternativa correta:

a) A Serventia Judicial deve expedir carta precatória ao Juizado Especial Cível de Londrina para que a citação pessoal, através de Oficial de Justiça, seja feita na comarca de Londrina.

b) A Serventia Judicial deve expedir carta com aviso de recebimento para que a citação de José se efetive, já que esta modalidade de citação é admitida pela lei 9.099/90 e observa os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e oralidade.

c) O réu pode ser citado por carta precatória ou mediante correspondência, já que ao réu preso será dado Curador Especial como determina o Código de Processo Civil.

d) O processo deve ser extinto sem resolução de mérito por ser inadmissível o procedimento da lei 9.099/90 quando uma das partes estiver presa.

7) Assinale a alternativa correta:

a) No Juizado Especial Cível não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, exceto quando o pedido for genérico.

b) É nula a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na lei 9.099/95.

c) O conciliador que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

d) No Juizado Especial Cível não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

8) Assinale a alternativa correta:

a) Na audiência de conciliação serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença. Também serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

b) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa e a arguição de suspeição ou impedimento do Juiz. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

c) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

d) A instrução poderá ser dirigida por conciliador, sob a supervisão de Juiz Leigo.

9) Assinale a alternativa correta:

a) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, bem como quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a audiência de apresentação.

b) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando for reconhecida a incompetência territorial e quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias.

c) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de sessenta dias da ciência do fato.

d) A extinção do processo dependerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) No Juizado Especial Cível, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo extrajudicial.
- c) O preparo será feito nas quarenta e oito horas seguintes a contar da intimação, sob pena de deserção.
- d) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se ineficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

11) Assinale a alternativa correta:

- a) Nas execuções de título executivo extrajudicial para pagamento de quantia certa, os embargos à execução poderão ser apresentados até quinze dias após a citação.
- b) Nas execuções de título executivo extrajudicial, os embargos deverão ser impugnados na audiência de conciliação.
- c) Nas execuções de título executivo extrajudicial, o autor não precisa comparecer na audiência de conciliação.
- d) Nas execuções de título executivo extrajudicial para pagamento de quantia certa, os embargos serão recebidos em audiência de conciliação que será designada após a penhora.

12) Considere o que se afirma a respeito dos embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- I. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
 - II. Os embargos de declaração serão interpostos somente por petição escrita dirigida ao Juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão.
 - III. Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem o prazo para recurso.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
 - b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

13) Sobre o procedimento previsto na Lei 9.099/95, é CORRETO afirmar que:

- a) Não comparecendo o autor à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial.
- b) Se o demandado não comparecer a qualquer das audiências, o processo será extinto.
- c) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, impondo-se obrigatoriamente a procedência do pedido.
- d) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.

14) No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais são cabíveis os seguintes recursos:

- a) recurso inominado, embargos de declaração e recurso extraordinário.
- b) recurso inominado, embargos de divergência e embargos de declaração.
- c) recurso inominado, embargos de declaração e recurso especial.
- d) recurso inominado, embargos de declaração e embargos infringentes.

15) Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de:

- a) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.
- b) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- c) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.
- d) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.

16) De acordo com a Lei 9.099/1995, o art. 55, parágrafo único elenca que “na execução não serão contadas custas, salvo quando:”. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) reconhecida a litigância de má-fé;
- b) for reconhecida a incompetência territorial;
- c) improcedentes os embargos do devedor;
- d) tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor;

17) Quanto ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa incorreta.

- a) No âmbito da Lei 9099/95, é possível a formulação de pedido oralmente.
- b) O mandato ao advogado poderá ser verbal.
- c) É cabível a realização de inspeção em pessoas ou coisas.
- d) Admite-se reconvenção.

18) Assinale a alternativa correta:

- a) Da sentença, ainda que homologatória de conciliação, caberá recurso para o Tribunal de Justiça.
- b) O preparo do recurso será feito em 48 horas seguintes à interposição mediante intimação.
- c) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo máximo de dez dias.
- d) Interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspendem o prazo para recurso.

19) Sobre o conciliador e suas funções junto aos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe ao conciliador tentar a composição entre as partes e, em caso positivo, reduzir o acordo a termo.
- b) Ao conciliador cabe, quando infrutífera a conciliação, analisar o pedido inicial e a resposta e deferir o que poderá ser produzido em audiência de Instrução e Julgamento.
- c) Ao conciliador é vedado se manifestar sobre o mérito do pedido e antecipar eventual decisão judicial.
- d) O conciliador, ao constatar que uma das partes é absolutamente incapaz, não deve conciliar, em razão de que os incapazes não podem ser partes nos Juizados Especiais Cíveis.

20) Incluem-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis:

- a) Causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e ações possessórias sobre bens imóveis sem qualquer limitação de valor da causa.
- b) Ação de despejo para uso próprio e o inventário.
- c) Causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e ação de despejo para uso próprio.
- d) As ações possessórias sobre bens imóveis de valor excedente a quarenta salários mínimos e a ação de interdição.

21) Assinale a alternativa que aponta causa de competência do Juizado Especial Cível:

- a) Ação de despejo para uso próprio.
- b) Ação monitória, cujo valor não supere os 40 salários mínimos.
- c) Ação de usucapião.
- d) Ação civil pública envolvendo interesses coletivos.

22) No processo perante o Juizado Especial Cível:

- a) a sentença deverá obrigatoriamente conter relatório.
- b) o juiz não poderá excluir as provas que considerar excessivas.
- c) o juiz poderá conceder fiança ao réu.
- d) admite-se pedido contraposto.

23) Nos processos perante o Juizado Especial Cível instituído pela Lei no 9.099/95, admitir-se-á:

- a) a assistência.
- b) a intervenção de terceiro.
- c) o litisconsórcio
- d) propositura de ação em face da União.

24) Poderão ser partes no Juizado Especial Cível:

- a) As empresas públicas da União.
- b) As pessoas jurídicas de direito público.
- c) O preso, a massa falida e o insolvente civil.
- d) As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

25) No que diz respeito às citações ou intimações realizadas nos procedimentos de competência do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

- a) Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.
- b) A intimação, sendo realizada por oficial de justiça, depende de mandado ou carta precatória.
- c) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta da citação.
- d) Poderão ser feitas por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria, por mandado ou edital.

26) Assinale a alternativa correta sobre os Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/95):

- a) são da competência dos Juizados Especiais a ação ressarcimento por danos em acidente de veículo de via terrestre até o limite de 40 salários mínimos.
- b) a contestação deverá ser apresentada por escrito em até 10 (dez) dias, contados do término da audiência de conciliação.
- c) na execução fundada em título executivo extrajudicial, é vedado ao juiz designar audiência de conciliação.
- d) é ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a 60 (sessenta) salários mínimos.

27) Em relação ao Juizado Especial Cível, é INCORRETO afirmar:

- a) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- c) O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.
- d) Não há necessidade de que as partes comuniquem previamente a mudança de domicílio ou o local em que poderão receber as intimações.

28) Assinale a alternativa correta acerca do Juizado Especial Cível:

- a) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.
- b) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, somente oral, à Secretaria do Juizado.
- c) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, somente escrito, à Secretaria do Juizado.
- d) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido e a citação válida do réu.

29) Assinale a alternativa correta acerca do Juizado Especial Cível:

- a) Admite-se ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela lei 9.099/95.
- b) Admite-se ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela lei 9.099/95, desde que tramite na Turma Recursal.
- c) Admite-se ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela lei 9.099/95, desde que tramite no Tribunal de Justiça.
- d) Não admite-se ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela lei 9.099/95.

30) Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público não intervirá no procedimento do Juizado Especial Cível.
- b) O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.
- c) O Ministério Público intervirá desde que haja deferimento do Juiz de Direito.
- d) O Ministério Público intervirá somente quando houver incapaz.

31) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

- a) quando o réu deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- b) quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, a critério do Juiz de Direito.
- c) quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias.
- d) quando o Ministério Público deixar de intervir quando deveria atuar no procedimento.

32) Assinale a alternativa correta:

- a) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- b) O acordo extrajudicial poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo extrajudicial.
- c) O acordo extrajudicial não poderá ser homologado no juízo competente.
- d) O acordo extrajudicial poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título de crédito.

33) Assinale a alternativa correta:

- a) O acesso ao Juizado Especial dependerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- b) O acesso ao Juizado Especial dependerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e preparo recursal.
- c) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- d) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, salvo determinação judicial em contrário.

34) Assinale a alternativa correta:

- a) O Juizado Especial Cível possui previsão na Constituição de Federal de 1988.
- b) O Juizado Especial Cível não possui previsão constitucional.
- c) O Juizado Especial Cível é criação da Constituição do Estado do Paraná.
- d) O Juizado Especial Cível é criação da lei orgânica municipal.

35) Assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem individual.
- b) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- c) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências dos bens dominicais.
- d) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem de uso comum.

36) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais Cíveis, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal, nos Territórios e seus municípios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) Os Juizados Especiais Cíveis, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados e pelos Municípios, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- c) Os Juizados Especiais Cíveis, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- d) Os Juizados Especiais Cíveis e da Vara do Trabalho, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

37) Assinale a alternativa correta no que toca a sentença proferida no Juizado Especial Cível:

- a) Os erros materiais não podem ser corrigidos de ofício.
- b) Os erros materiais somente podem ser corrigidos por meio de embargos de declaração.
- c) Os erros materiais somente podem ser corrigidos por meio de recurso inominado.
- d) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

38) No Juizado Especial Cível o número máximo de testemunhas é:

- a) 2
- b) 5
- c) 3
- d) 8

39) No Juizado Especial Cível:

- a) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz não poderá determinar sua imediata condução.
- b) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.
- c) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso das partes.
- d) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso do Ministério Público.

40) Assinale a alternativa correta:

- a) Quando a prova do fato exigir, o Juiz não poderá inquirir técnicos de sua confiança.
- b) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, não sendo permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
- c) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
- d) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida somente ao Ministério Público a apresentação de parecer técnico.

41) Assinale a alternativa correta:

- a) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- b) Todos os meios de prova, ainda que moralmente ilegítimos e não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- c) Somente os meios de prova especificados em lei são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- d) Os meios de prova moralmente legítimos não são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

II – Questões sobre Juizado Especial da Fazenda Pública (lei nº 12.153/2009)

42) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados nos municípios, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) Nas causas de que trata a lei nº 12.153/09 (lei do Juizado Especial da Fazenda Pública) haverá reexame necessário.

43) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

a) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

b) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, exceto as causas das autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

c) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis, exceto as sanções disciplinares aplicadas a militares.

d) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, exceto as causas das autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista a eles vinculadas.

44) Assinale a alternativa correta:

a) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de quarenta salários mínimos.

b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

c) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

d) O juiz poderá, somente mediante requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

45) Assinale a alternativa correta:

a) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

b) Podem ser partes no Juizado Especial Cível da Fazenda Pública: como autores, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

c) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como réus, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como autores e réus, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

46) Assinale a alternativa correta:

a) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar e transigir, exceto desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

c) A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

d) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 10 (dez) dias antes da audiência.

47) Assinale a alternativa correta:

a) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

b) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

c) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

d) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

48) Assinale a alternativa correta:

a) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, não sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente.

b) O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, mediante alvará.

c) O saque por meio de procurador somente poderá ser feito na agência destinatária do depósito, mediante procuração específica, com firma reconhecida, da qual constem o valor originalmente depositado e sua procedência.

d) Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará a penhora do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública.

49) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal em seus municípios.
- b) Não haverá Juizados Especiais Adjuntos.
- c) Serão designados, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- d) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

50) Assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional, enquanto no desempenho de suas funções.
- b) Cabe ao conciliador, sob a supervisão do juiz, conduzir a audiência de instrução.
- c) Poderá o conciliador, para fins de julgamento da causa, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- d) Não obtida a conciliação, caberá ao conciliador, sob a supervisão do juiz, presidir a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos, e não houver impugnação das partes.